

---

**PROCESSOS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL: EXPERIÊNCIAS NO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NO MUNICÍPIO DE CARIRÉ-CE**

---

**EDUCATIONAL INCLUSION PROCESSES: EXPERIENCES IN THE HAPPY CHILD PROGRAM IN CARIRÉ-CE MUNICIPALITY**

---

MARTINS<sup>1</sup>, Marcela Freire.; MEDEIROS<sup>2</sup>, Jarles Lopes de.  
Universidade Federal do Ceará

Recebido: 15/10/2018; Aceito: 29/11/2018; Publicado: 24/012/2018

---

**RESUMO**

A escola cada vez mais, está condicionada ao espaço que possibilita a inclusão, isto é, enquadrar nos limites dessas instituições aqueles que julgamos diferentes, pessoas com necessidades educativas especiais, as pessoas com deficiência e assim por diante, passa a ser uma meta não de apontar aqueles ditos diferentes, mas, sobretudo, inclui-los na sociedade por meio da escola. Nesse sentido, falar em escola implica necessariamente falar em inclusão dos ditos "especiais" e essa temática envolve outras questões como estrutura física adequada, formação de profissionais, práxis direcionadas, metas escolares, etc. O trabalho tem por objetivo investigar de que formas a alteridade é concebida no contexto escolar nas escolas públicas da Cidade de Cariré - Ceará, focando nas ditas políticas de inclusão educacional da pessoa com deficiência, sob a qual realizamos uma análise se a inclusão está presente nos discursos e práticas das escolas investigadas e, assim, se ela de fato ocorre ou acaba se constituindo como mais um mecanismo de fortalecimento da exclusão das pessoas com deficiências. Esta pesquisa se caracteriza como um estudo de campo do tipo exploratório descritiva, visto que, enquanto pesquisadores pudemos observar diretamente as atividades do grupo estudado, além de termos realizado entrevistas com profissionais diretamente envolvidos com a educação inclusiva para captar explicações e interpretações do que ocorre naquele grupo, trata-se também, de uma pesquisa bibliográfica. Trabalharemos sob a luz dos autores: Veiga Neto (2001), Duschatzky (2001) e Skliar (2006), Marconi, Lakatos(2007), dentre outros que trazem questões pertinentes sobre como a Educação Inclusiva atualmente se apresenta no contexto escolar.

**Palavras-Chave:** Escola. Educação inclusiva. Desafio.

**ABSTRACT**

The school is increasingly conditioned to the space that makes it possible to include, that is, to frame within the limits of those institutions those we deem different, people with special educational needs, people with disabilities and so on, becomes a goal not to point out those different sayings, but, above all, to include them in society through the school. In this sense, speaking in school implies necessarily speaking about inclusion of the so-called "specials" and this theme involves other issues such as adequate physical structure, professional training, targeted praxis, school goals, etc. The aim of this study is to investigate the ways in which alterity is conceived in the school context in the public schools of the city of Cariré - Ceará, focusing on the so-called policies of educational inclusion of the disabled person, under which we perform an analysis if inclusion is present in the discourses and practices of the schools investigated and, thus, whether it actually occurs or ends up becoming another mechanism for strengthening the exclusion of people with disabilities. This research is characterized as a field study of descriptive exploratory type, since researchers were able to directly observe the activities of the group studied, in addition to having conducted interviews with professionals directly involved with inclusive education to capture explanations and interpretations of what occurs in that group group, it is also a bibliographical research. We will work in the light of the authors: Veiga Neto (2001), Duschatzky (2001) and Skliar (2006), Marconi, Lakatos (2007), among others that bring pertinent questions about how Inclusive Education currently presents itself in the school context.

**Keywords:** School. Inclusive education. Challenge.

**INTRODUÇÃO**

Este trabalho é fruto de inquietações diante dos desafios da educação inclusiva a partir de experiências profissionais enquanto Assistente Social, trabalhando diretamente com crianças no programa *Criança Feliz* na cidade de Cariré-CE. Algumas das crianças atendidas neste programa possuem deficiências, conseqüentemente precisam de um atendimento diferenciado. As experiências vividas nesta caminhada causaram reflexões acerca da necessidade de repensar as práxis, as posturas, os espaços e, principalmente, os saberes e fazeres para a efetivação da inclusão das mesmas na sociedade, de modo especial na escola.

Nos últimos anos, deparamo-nos com mudanças de diversas ordens no contexto educacional, as quais são também produzidas e fabricadas por nós: mudanças nas diretrizes e bases da educação, mudanças quanto à questão do acesso e da universalização do ensino e mudanças quanto à formação de escolas que se pretendem inclusivas, que se pretendem para todos, dentre outras (SKLIAR, 2003).

Nesse sentido, falar em escola implica necessariamente falar em inclusão dos sujeitos “especiais”, o que envolve outras questões, tais como estrutura física adequada, formação de profissionais, práxis direcionadas, metas escolares, etc. Todas os pontos acompanharam, instigaram e nortearam a construção do presente artigo.

A educação inclusiva tem ocupado, cada vez mais, o espaço escolar, o qual, por sua vez, parece estar condicionado ao espaço que possibilita a “normalização” dos indivíduos. Enquadrar nos limites dessas instituições aqueles que julgamos portadores de necessidades educativas especiais, os ditos “diferentes”, e assim por diante, nesta lista interminável de identidades excluídas, passa a ser uma meta não de apontar aqueles considerados especiais, mas de marcar a sua inclusão definindo seus espaços, começando com espaço escolar.

O Brasil possui uma Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva desde o ano de 2008 que inclui alunos que apresentam deficiências dentro do sistema regular de ensino. A oferta de Educação Especial é dever constitucional (BRASIL, 1988) do Estado, tem início na faixa etária de 0 a 6 anos, sendo uma modalidade de educação escolar oferecida na rede regular de ensino ou em escolas especializadas, para educandos portadores de necessidades especiais.

As escolas especializadas atendem exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais, algumas se dedicam apenas a um tipo de necessidade, enquanto outras se dedicam a vários. Porém, o ensino especial é alvo de críticas, uma vez que não promove o convívio entre as crianças especiais e as consideradas “normais”. É necessário considerar, também, que a escola direcionada para a Educação Especial conta com materiais, equipamentos e professores especializados. Em contrapartida, o sistema regular de ensino precisa ser adaptado e pedagogicamente transformado para atender de forma inclusiva tais alunos.

Tendo em vista tal realidade, o presente trabalho tem como objetivo investigar de que formas a alteridade é concebida no contexto escolar, focando nas ditas políticas de inclusão educacional das pessoas com deficiência, sob a qual tentaremos analisar se a inclusão está presente nos discursos e práticas da escola investigada e, assim, se ela de fato ocorre ou acaba constituindo-se como mais um mecanismo de fortalecimento da exclusão das pessoas com deficiência.

Para alcançar o objetivo, debruçamos o olhar sobre duas escolas públicas de Educação Infantil e Ensino Fundamental Cidade de Cariré – Ceará. O funcionamento das escolas se restringe ao ensino fundamental, o que equivale ao Fundamental I até o 2º ano, com um total de 838 estudantes da sede de Cariré, sendo que deste total apenas 18 crianças apresentam algum tipo de deficiência ou necessidades educativas especiais.

Para efetivação do trabalho, foi realizada uma entrevista com o diretor da escola e professores com a finalidade de obter mais informações sobre como é a prática da escola em relação a inclusão da criança com necessidades educativas especiais. E, ainda, foi realizada observação na instituição no período de 21 de setembro a 22 de outubro de 2018, a fim de verificar a postura dos profissionais sobre estas crianças consideradas especiais no contexto escolar e como funcionam e/ou deveriam funcionar as políticas de inclusão neste contexto.

Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratório descritiva, e se caracteriza como de campo e bibliográfica, a pesquisa de campo me fornecerá informações através da participação direta com o objeto da pesquisa e deixará a coleta de dados mais prazerosa. Pela necessidade do embasamento teórico para a compreensão do que está sendo pesquisado, é necessária a pesquisa bibliográfica. Será, ainda, uma pesquisa exploratória, tendo em vista que o propósito é levantar informações sobre determinado fato. A discussão ocorrerá com o cruzamento das informações obtidas na abordagem bibliográfica e as informações geradas pela minha observação durante as visitas realizadas na instituição supramencionada, que ajudarão no momento da análise das entrevistas.

No que tange aos autores, trabalhamos os textos: “Incluir para Excluir” de Veiga Neto (2001), bem como os textos de referência complementar “A inclusão que é nossa e a diferença que é do outro”, de Skliar (2006), e “O nome dos outros”, narrando a alteridade na cultura e na educação, de Duschatzky; Skliar (2001), também utilizaremos outras referências bibliográficas no decorrer do trabalho.

## CAMINHOS DA INCLUSÃO

Em 1994 em Salamanca foi instituído um documento magno de inclusão escolar que instaura a criação de uma sociedade inclusiva como sendo essencial para a manutenção de um estado democrático. A partir deste princípio o Brasil busca consolidar práticas de ação inclusiva através das Novas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) amparados pela Lei nº 9394/96, que delega à família, à escola e à sociedade o compromisso para a efetivação de uma proposta de escola para todos. E mais recentemente através da implementação das Novas Diretrizes Curriculares para a Educação Especial no país (BRASIL, 2001).

Vimos então um ascender das políticas educacionais inclusivas em todo o país. De acordo Com Rey & Gomes (2008) estudos apontam uma série de questões que vem sendo apontadas como dificuldades para a consolidação da inclusão escolar no país, dentre elas a ausência de capacitação profissional adequada, a falta de recursos e materiais apropriados, as barreiras arquitetônicas e físicas, as barreiras humanas atitudinais que permeiam as práticas pedagógicas em relação à inclusão dentre outros.

Emilio (2004), Franca (2005) e Crespo (2005) apud Rey & Gomes (2008) apontam alguns indicadores que poderiam contribuir para uma implementação satisfatória das políticas de inclusão que levassem em consideração o zelo ao clima escolar, uma formação acadêmica nas universidades transpassada por reflexões e abordagens das diferenças, cuidado a família e atenção aos encaminhamentos que geralmente são solicitados no processo de inclusão dentre outros.

No entanto, o ambiente escolar ainda produz muitos preconceitos com os alunos ditos “especiais”. Quando estes são inseridos em uma sala regular, geralmente estes não participam da rotina da sala de aula. Até mesmo a forma de avaliar é diferenciada. No caso das escolas públicas de Cariré são aplicados os mesmos instrumentos, porém a escola é assegurada com atestado médico indicando o potencial de aprendizagem e o comportamento deste aluno.

Entendemos que uma das grandes dificuldades enfrentadas pelo aluno no processo de inclusão escolar diz respeito à organização simbólica da própria instituição escolar, que atrelada aos padrões massificadores do desenvolvimento humano, vem se estruturando muito mais como uma prática social e compensatória diante da sua necessidade do que ao propósito de formar o aluno, dimensionando sua diferenciação e não considerando adequadamente a singularidade de cada indivíduo. Os sujeitos com necessidades especiais muitas vezes são tidos como reféns de atribuições e configurações sociais que os desconsideram como sujeitos ativos e construtores de sua própria história. Muitas vezes lhes é “tirado” o direito de criar, inovar, opinar e construir.

## A FAMÍLIA

A família exerce um papel fundamental no desenvolvimento cognitivo, físico e social da criança, mas, para que se efetive esse desenvolvimento, é necessário, entre outras coisas que esteja funcionando bem do ponto de vista psíquico, físico e social, no entanto, geralmente isto não ocorre em uma família que descobre que seu filho possui necessidades especiais.

Tanto a família, quanto o sujeito com necessidades especiais, geralmente sofrem preconceito e rejeição por parte da sociedade. Podendo acarretar uma rejeição da família a esta criança, gerando um desconforto tanto na família, por se achar inferior aos demais membros da sociedade, que tem seus filhos “normais”, mas também na criança por ser negligenciada por seus parentes.

Este contexto pode gerar uma mudança drástica na rotina familiar, necessitando, então, haver uma reformulação de papéis e um ajuste de sentimentos, esta família não sabe lidar com este novo ser que precisa de cuidados especiais. Essas mudanças não atingem somente os pais, mas sim todos os envolvidos neste contexto familiar (avós, tios, irmãos, entre outros).

Desde o nascimento da criança, ela passa a viver um processo contínuo de socialização. A Escola depois da família vem ser um dos principais ambientes socializáveis, porém, assim como na família, uma criança portadora de necessidades especiais enfrenta inúmeras dificuldades em sua inserção nesse espaço.

Para a Sociologia, a família é definida como um pequeno e interdependente sistema social, onde podemos encontrar subsistemas ainda menores, aos quais irá depender do tamanho da família e do papel que cada um tem definido e exerce (REIS e MARQUES, 2002).

Muitos pais tendem a negar a existência da deficiência, pensam, no entanto conscientemente e inconscientemente, que trata-se de uma situação transitória que a criança vai acabar superando, procurando recorrer, a novos diagnósticos, e a diferentes especialistas, com a finalidade de conseguirem uma informação positiva ou garantias de cura para um futuro próximo. Partindo deste ponto de vista, é de extrema importância que a escola junto ao professor favoreça o desenvolvimento de funções criativas de suporte e de estimulação das potencialidades da família, para que estas se tornem agentes do desenvolvimento do filho com necessidades especiais. Dessa forma, a escola deve propiciar à família momentos de reflexão e repensar sobre os laços afetivos, assim fortalecer o vínculo do tripé: família-escola-aluno.

## A COMUNIDADE ESCOLAR

No Brasil a importância da escola variou bastante durante os diversos períodos históricos. Atualmente a escola configurou-se como uma importante função dentro da sociedade. Espaço de socialização, cidadania, local de aprendizado, a escola tem diferentes funções na vida e formação do indivíduo, além de ser um direito constitucional. A escola enquanto instituição não está imune aos “ventos” que advêm das mudanças do mundo, não sendo neutra, participa da constituição política da realidade, sendo igualmente permeada por interesses econômicos.

Além do enfoque no papel formativo e curricular, o campo escolar e acaba recebendo outras responsabilidades que vão para além de um adquirir conhecimentos simplesmente, o que corresponde a seu compromisso social: formação de cidadania, consciência ecológica, responsabilidade social, protagonismo juvenil etc. fazer com que seus estudantes possam se aperfeiçoar para a vida, a vida e inclusive, incluir outros tipos de estudantes.

Nos últimos anos surgem diversas políticas de inclusão muitas vezes influenciadas por uma lógica do neoliberalismo. Crianças, jovens e adolescentes têm direito de frequentar a escola regular. Esse movimento coloca em xeque e tensiona os limites da pedagogia, do que é pedagogizável e do que é aprender, o que não deixou de gerar um mal estar. As próprias barreiras da deficiência, os preconceitos, a forma como as escolas preparam seus currículos e alunos são elementos que são muitas vezes questionados e por isso acabam por incomodar.

A inclusão escolar tem mostrado uma face bastante diferente do outro lado do que é humano que a sociedade não quer ver, nem se molda aos padrões generalizáveis: a deficiência mental e física, os déficits da aprendizagem, o comportamento inadequado. Como então pensar em uma escola que transforme seus currículos em função daquele aluno “diferente”? Seria possível uma educação realmente comprometida com o sujeito de necessidades especiais?

A inclusão escolar é um processo que se iniciou há pouco tempo. Surgem então novas demandas, novos problemas em estruturas totalmente preestabelecidas. Como então remendar tecidos velhos com costuras novas? Talvez uma nova criação, uma militância por uma causa.

Sem dúvida alguma estamos diante de um grande desafio de transformar a escola em um lugar de educação (tomado este termo em sua dimensão freiriana). Hoje avaliamos algo que aconteceu ontem, mas olhamos para projetos que serão para o futuro, mas o futuro que nem sempre é a longo prazo, mas este que de amanhã próximo que se coloca cotidianamente para pais, profissionais, alunos e para o próprio sistema escolar a olhar no rosto de cada ser humano uma educação possível.

Os professores diante deste novo contexto de inclusão se sentem despreparados e desamparados, pois muitas vezes esta temática não foi contemplada em sua formação acadêmica e os mesmos não foram preparados para lidar com

esta nova situação, uma vez que existiam escolas especializadas para atender este público. Tem sido um grande desafio para estes professores encarar salas numerosas e com alunos que possuem necessidades especiais, uma orientação neste caso, também é primordial, pois à medida que é compreendida as limitações é possível fortalecer as potencialidades que cada sujeito com necessidade especial possui. Diante disso, foi identificada a necessidade de atividades direcionadas de integração/interação grupal a fim de fortalecer os laços entre os alunos e professores/alunos e funcionários da escola; alunos/alunos ; alunos/família e escola.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa de levantamento, visto que as informações foram coletadas diretamente das pessoas envolvidas no processo de educação inclusão, para em seguida, mediante análise qualitativa, obter conclusões correspondentes aos dados coletados. Escolhi esta técnica pelas seguintes vantagens: conhecimento direto da realidade – à medida que as próprias pessoas informam acerca de seu comportamento, crenças e opiniões; e, economia e rapidez – capacidade de coletar maior número de dados num curto espaço de tempo. (GIL, 2002).

Esse estudo de campo foi basicamente realizado por meio da observação não participante “in loco”, visto que esta possibilitou maior conhecimento da dinâmica do grupo pesquisado, e de entrevistas informais, por esta possibilitar que o pesquisado expresse livre e completamente suas opiniões e atitudes em relação ao tema da pesquisa, fazendo-me identificar assim aspectos da personalidade do entrevistado. (MARCONI; LAKATOS, 2007).

Optamos por realizar a observação não-participante e a entrevista nas duas escolas, por questão de acessibilidade, já que está localizada na cidade em que residimos, Cariré – CE, mas, também, pelo motivo de conhecermos uma professora nas referidas escolas, tornando, desse modo, mais fácil o acesso.

O primeiro passo para a efetivação desta pesquisa foi a realização de um contato com a equipe de profissionais da escola, para discutir a pesquisa e obter permissão para desenvolvê-la. Obtida a permissão destes profissionais, demos prosseguimento à mesma.

No segundo momento realizamos as visitas nas escolas, no total de seis visitas, de forma que foi dividido três visitas para cada escola. As primeiras visitas foram para observar o funcionamento da escola, a postura dos profissionais, bem como o tratamento dispensado aos alunos. Já na segunda visita houve uma conversa informal com os profissionais da escola, e por fim, a terceira visita consistiu na realização das entrevistas com o diretor e professores.

Através de visitas nas instituições públicas, conversas com gestores e professores e observação em sala de aula fomos cartografando essa realidade que se (re) desenha a cada dia permeada de polêmicas e desafios. Contudo, muitos outros contatos e momentos nestas instituições escolares fugiram ao formalismo e talvez tenha sido essa a essência deste estudo. Pois se fugiram ao formalismo não fugiram aos ouvidos atentos e aos olhos sensíveis do pesquisador.

Então, diante do objetivo de analisar o discurso acerca da inclusão escolar, realizamos as entrevistas com os gestores e quatro professores das escolas supracitadas, da rede municipal de Cariré, tais professores são os que acompanham os alunos com necessidades educacionais especiais. Iniciei a entrevista com questões sobre a formação dos entrevistados e sobre a infraestrutura da escola, para em seguida, abordar o tema da inclusão escolar investigando de que forma ocorre no cotidiano da instituição.

## **ANALISE DOS DADOS**

Veiga Neto (2001), em seu texto “Incluir para Excluir”, traz uma problemática atual em torno das chamadas políticas de inclusão escolar dos anormais, discutindo sobre a ambiguidade e dificuldades de tais políticas, devido à própria construção moderna da normalidade. Cada vez mais, na modernidade, variados e numerosos grupos engrossam essa categoria dos anormais. São eles os: deficientes, surdos, cegos, rebeldes, pouco inteligentes, os “outros”, os miseráveis,

entre outros que fogem a norma, aos padrões estabelecidos de normalidade. Nessa perspectiva, segundo o autor, sob essa denominação de anormais abrigam-se diferentes identidades flutuantes, em que sua marca de anormalidade vem sendo buscada em cada corpo, para que cada corpo seja enquadrado e ocupe um lugar na rede de classificações dos desvios, deficiências, qualidades, entre outros.

A modernidade, dessa forma, caracteriza-se como momento em que há uma intolerância em relação à diferença, entendida como aquela que é desviante, instável e que coloca, a todo instante, o risco do caos, que contamina a pureza, uma suposta ordem, enfim, a perfeição do mundo, por uma vontade de ordem, por uma busca incansável pela ordem. No entanto, essa diferença, embora, intolerável é mascarada a partir da suposta convivência amigável.

Na escola em que visitamos percebemos, através das falas do diretor e professores da instituição, que a questão da inclusão acaba se resumindo na aproximação física entre aqueles nomeados como diferentes e aqueles que se encontram dentro dos padrões convencionais como normais uma vez que o “estar junto”, na verdade se reduz somente ao espaço físico, não diz da aprendizagem de conteúdos, da construção de conhecimentos e de um respeito à diferença de x, de y e de z, mas diz da diferença entre sujeitos, generalizando e indiferenciando as inúmeras identidades culturais que compõem o todo social.

Quando estabelecemos os enquadramentos da (a) normalidade o “estar junto” passa a ser de fundamental importância. Trago o anormal para perto de mim para ter mais firme o meu lugar de normal. E, assim, esse “estar junto” nesta ordem ocupa uma das estratégias mais perversas de exclusão. Veiga Neto (2001) irá dizer que essa suposta inclusão configura-se como um primeiro passo necessário para a regulação e o controle da alteridade.

Assim, Veiga Neto (2001) vem nos mostrar que essas ditas políticas de inclusão escolar dos anormais constituem-se muito mais como uma tentativa de ordenamento e de correção desse outro, enquadrando-o nessa categoria mais geral de anormal, como se tais indivíduos e grupos não tivessem suas peculiaridades, ou seja, sem levar em conta tal multiplicidade. Uma vez que, quando o diretor se refere a esta questão da inclusão ele sempre se refere em detectar as crianças “diferentes”. “O professor repassa as queixas dele e aí a gente repassa os nomes para os psicopedagogos que começam a fazer seu trabalho de diagnóstico”. Nesta mesma fala percebemos também o que Skliar (2003) diz sobre uma tentativa de anormalização de tudo e de todos no contexto educacional, em que os professores vigiam as condutas dos alunos e, se preciso for, estes deverão ser corrigidos.

Percebe-se, como nos diz Veiga Neto (2001) e Skliar (2003), que lidar com a alteridade dentro da perspectiva educacional tem sido um desafio, uma vez que o discurso oficial vem sendo imposto com poucas reflexões resultando em uma simples reprodução. Em tais escolas não é diferente, realidade posta em alguns momentos em que fiz certas perguntas sobre a inclusão. “Eles não podem ficar em salas separadas, porque quem diz isso é a lei da inclusão, então isso não pode acontecer”. Como já mostrado aqui o que se percebe é que tal prática de “estar junto”, como prevê as políticas de inclusão escolares, não é refletida pelos profissionais que trabalham na escola, configurando-se, na verdade, como uma política de exclusão, por tratar-se somente de uma obediência à lei. “Quando a mudança ocorre em virtude de uma obediência devida ao texto, ingressamos naquilo que poderia ser chamado de burocratização do outro”. (SKLIAR, 2003, p.26).

Um outro ponto tocado na entrevista refere-se à formação específica dos profissionais da escola para lidar com essas crianças “diferentes”. Quando o professor entrevistado foi interrogado sobre a necessidade de tal formação a estes profissionais, respondeu: que é sim necessário, “porque por si só os professores não vão ter condições e a gente sabe que nos não temos condições, se nós não tivermos sempre ali alguém dando a gente uma orientação, um algo a mais, um aprendizado a mais.” Tal questão dos profissionais da educação estarem ou não preparados para lidar com esse “outro, diferente” também é levantada por SKLIAR (2006). Ele defende que não é necessário criar e reproduzir um discurso técnico, específico para se relacionar com a alteridade. E que é muito mais válido buscar uma reformulação das relações com os *outros* na pedagogia, e valorizar as dimensões que se vinculam às experiências do outro, do que ficar apenas no discurso racional de quem é esse *outro*.

Esse novo contexto vem causando várias inseguranças, limitações, rearranjos e que culminam em diversas práxis, posturas e reflexões. E a partir disso cada instituição vai redesenhando seu modo de olhar e fazer para com este novo contexto. A esse respeito é preciso identificar demandas tanto das crianças, quanto dos professores e funcionários, como da escola, avaliando as condições de aprendizagem e de trabalho, solicitando ao núcleo gestor, quando necessário, a contratação de novos profissionais, adaptações espaciais e materiais específicos, treinamentos e até mesmo implementação de projetos complementares.

Pois, muitas vezes esses alunos não se sentem parte do todo que é a escola e além de serem vistos se consideram a margem do processo. A escola deve ter o propósito de contribuir para que esses alunos sintam-se agentes da própria história também no ambiente escolar, para tal os integrantes dessa equipe devem estar preparados e informados sobre a conduta e os trabalhos desenvolvidos com esses alunos “especiais” dentro da Escola. A gestão pode promover essa integração da equipe junto às atividades desenvolvidas na Escola. Neste sentido, sensibilizar a participação nas formações promovidas para os professores, de modo a facilitar a relação com os alunos é de fundamental importância.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As palavras de Veiga Neto (2005) citadas por Souza e Rocha (2008) “a diferença não é antônimo de igualdade e nós queremos a igualdade, mas ao mesmo tempo mantemos as diferenças”, nos fizeram refletir no quão o trabalho do professor deve ser pautado no repensar dos fazeres e saberes, alguns, muitas vezes, incrustados no espaço escolar. E isto implica em “sacudir” os tradicionalismos, as posturas arraigadas, os processos centralizadores e verticalizados, “é produzir um deslocamento de um lugar já marcado em nós, deslocar as demandas já existentes para produzir outras”, como afirma Souza e Rocha.

Construir esse trabalho foi um desafio desde o início, pois pensar nessa temática, eleger uma instituição, e como desenvolver a pesquisa e etc. Então, foi feita uma releitura com um novo olhar e teoria sobre o tema em questão. Este momento, na verdade, foi de resignado bastante enriquecedor, pois observei, interagi, estudei, refleti, repensei, critiquei. Várias indagações foram surgindo ao longo da pesquisa, dentre elas: o que fazer com a professora que rejeita o aluno com necessidades especiais? E os funcionários da escola que nem conhecem as limitações apontadas? E o diretor que quer metas? E a acessibilidade destes? E organização simbólica das instituições? E o lugar dos pais nesse processo? E os colegas de sala, como conviver incluindo? Que referencial seguir? A quem devemos direcionar o nosso olhar dentre tantas possibilidades? Bem, a bagagem é grande e o que fazer? Acredito que uma grande parte do poder de transformação está nas mãos do professor. Mas, Também, compreendendo que o processo de transformação da realidade dentro das escolas no que diz respeito a educação inclusiva não depende único e exclusivamente do professor, pois envolve questões macro estruturais.

É necessário considerar também, que essa educação inclusiva conforme os autores supracitados deve pautar-se na criação de condições que favoreçam ao máximo a autonomia dessas pessoas, tanto na escola quanto na sua vida em comunidade. A educação da criança com deficiência deve contar com o apoio da família, da escola e da sociedade, e é uma atividade que deve começar a partir do nascimento, com uma estimulação capaz de integrá-la progressivamente ao meio ambiente e à vida social. O grande desafio das escolas é fazer com que estes desenvolvam ao máximo seu potencial cognitivo e social.

O trabalho realizado na escola é de extrema importância, pois enfoca a socialização e serve como suporte para o desenvolvimento de modo geral, pois em alguns casos a família tem dificuldade de aceitação ou desconhecimento de como lidar com o próprio filho. Diante desta realidade, a escola pode contribuir especialmente na pessoa do professor com estratégias que promovam a interação familiar, bem como o crescimento, autonomia e independência para a adequação deste indivíduo à sociedade. Logo, este trabalho não traz respostas prontas, mas traz várias reflexões sobre estas questões que podem sim ser transformadoras e aprimoradas para o fazer cotidiano no âmbito da escola e assim a inclusão se

materialize de forma efetiva. Ressaltando, ainda que a educação inclusiva deve ser pautada em estratégias que visem a qualidade de ensino, tanto em relação a satisfação dos profissionais da educação quanto do rendimento e satisfação destes alunos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Psicologia Escolar: ética e competências na formação e atuação profissional**. São Paulo: Alínea, 2003.

GOMES, Claudia; GONZALEZ REY, Fernando Luis. Psicologia e inclusão: aspectos subjetivos de um aluno portador de deficiência mental. *Rev. bras. educ. espec.* Marília, v. 14, n. 1, Abr. 2008.

DUSCHATZKY, S.; SKLIAR, C. **O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação**. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.) *Habitantes de Babel: Políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa-4 ed.-** São Paulo: Atlas, 2002.

MAHFOUD, M. Plantão Psicológico na escola: uma experiência. In: MORATO, H.T.P. **Aconselhamento Psicológico centrado na pessoa: Novos desafios**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. Cap 8, p.145-160.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e Execução de Pesquisas, Amostragens e Técnicas de Pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. - 6ªed. São Paulo: Atlas, 2007.

REIS, A.C.A; MARQUES, M.O. **A Atuação do Psicólogo junto à família do Portador de Necessidades Especiais: Uma análise descritiva**.

SOUZA, M. P. R.; ROCHA, M. L. Políticas Educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática. In: **Ano da Psicologia na Educação Textos Geradores**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2008. EIXO 2 – TEXTO BASE, p. 27-47.

SKLIAR, C. **A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”**. In: RODRIGUES, D. (Org.). *Inclusão e Educação. Doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, p. 16-34, 2006.

VEIGA NETO, A. **Incluir para excluir**. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C.(Orgs.) *Habitantes de Babel: Políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

---

<sup>1</sup>Graduada em Serviço Social pela UNINTA. Assistente Social na Prefeitura de Cariré. E-mail: marcelafreire@hotmail.com

<sup>2</sup>Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade da Aldeia de Carapicuíba (FALC). Pedagogo pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Licenciado em Língua Portuguesa pela Faculdade da Grande Fortaleza (FGF). Tutor do Curso de Pedagogia da Universidade Aberta do Brasil (UAB/UECE) e Professor de Língua Portuguesa na Secretaria da Educação Básica (SEDUC). E-mail: jarlles@hotmail.com